



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
Seção de Contratos

TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 0010587-91.2024.4.06.8001

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2025 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO, LIMPEZA, COPEIRAGEM, ZELADORIA E AUXILIAR ADMINISTRATIVO, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, PARA A SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE **SETE LAGOAS**, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS, E A EMPRESA **DIRETIVA PATRIMONIAL LTDA.**

A UNIÃO, por meio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS**, sediada na Av. Álvares Cabral, nº 1805 - Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CNPJ nº 05.452.786/0001-00, neste ato representada pelo Sr. Diretor da Secretaria Administrativa, o Dr. Raimundo do Nascimento Ferreira, por delegação na Portaria N.10/94 - DIREF, de 11/06/2014 e alterações, todas do MM Juiz Federal Diretor do Foro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no artigo 2º, § 2º da Resolução nº 079, de 19/11/2009, do Conselho da Justiça Federal, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **DIRETIVA PATRIMONIAL LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.363.962/0001-01, sediado(a) na Avenida Senador Salgado Filho, nº 1.385, sala 118, andar 01, Cond. Centro Comercial Salgado Filho, bairro Guabirota, Curitiba/PR, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sócio Administrador, Sr. Lidemar Antonio Ribeiro dos Santos, já qualificado nos autos, ajustam e celebram entre si o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas, que passam a integrar o contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA- PRORROGAÇÃO: Com fulcro nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo de vigência estipulado na Cláusula Terceira do contrato, fica prorrogado para o período de **23/01/2026 a 22/01/2027.**

§ 1º O contrato poderá ser rescindido em data anterior, segundo o interesse da Administração, devendo a contratada ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Com fundamento no art. 124, inciso I, alínea "b" da Lei 14.133, de 2021, é excluído o fornecimento de uniformes para os postos que operam em regime de teletrabalho, quais sejam: 1 (um) Auxiliar Administrativo 150 horas e 1 (um) Auxiliar Administrativo 200 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - Com fulcro no artigo 124, II, "d" da Lei 14.133/2021, com o fim de restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro, em face da alteração do FAP de 2% para 1,1729% para o ano de 2026, será promovida, a partir de 01/01/2026:

- a) a alteração do SAT de 2% para 1,17% ;
- b) a alteração do percentual de encargos sociais de 71,47% para 70,45% ;
- c) a alteração do percentual de contingenciamento de encargos trabalhistas de 32,29% (tinta e dois vírgula vinte e nove por cento) **para 32,12%** (trinta e dois vírgula doze por cento), de modo que o Quadro Resumo de Retenções constante no § 2º da cláusula Oitava do contrato passará a ter a seguinte redação:

Quadro Resumo das Retenções.

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre a NF	
Título	VARIAÇÃO RAT AJUSTADO 0,50% a 6%
	EMPRESA
Grupo A SUBMÓDULO 2.2 – da IN 5/2017 MPDG: SAT(RATX FAP)	34,97% 1,17%
13º salário	9,09
Férias	9,09
1/3 Constitucional	3,03
Subtotal	21,21
Incidência do Grupo A (*) =34,97% x 21,21%	7,42%
Multa do FGTS	3,49
Encargos a contingenciar	32,12%
Taxa da conta depósito vinculada (inciso IV art. 3º IN 001/2016) (**)	Definida pelo banco
Total a contingenciar	32,12%

(*) A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT Ajustado da empresa.

(**) Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser retido da fatura e devolvido à conta vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ n. 169/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - Em face das alterações promovidas pela cláusula Primeira e Segunda deste Termo Aditivo, o valor mensal do contrato passará de R\$33.582,76 (trinta e três mil quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos) para:

a) **R\$33.431,49 (trinta e três mil quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos)** no período de 01/01/2026 a 21/01/2026;

b) **R\$33.352,77 (trinta e três mil trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos)** a partir de 22/01/2026.

CLÁUSULA QUARTA - GARANTIA: Na forma do §10 da Cláusula Quinze do contrato, a contratada deverá apresentar a garantia para o período prorrogado, dando ciência ao garantidor das alterações implementadas por este Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - REPACTUAÇÃO: Fica assegurado à Contratada o direito à repactuação/reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, na ocorrência dos fatos previstos em sua Cláusula Nona.

Parágrafo único: a comprovação das alíquotas efetivas de recolhimento de PIS e COFINS e eventual ajuste das respectivas médias serão efetuadas no momento da repactuação de preços, conforme §7º da cláusula Terceira do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes destas alterações correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal, Natureza de Despesa 339037-01, 339037-02 e 339037-05, empenhadas com créditos do Programa de Trabalho *Julgamento de Causas na Justiça Federal – Nacional* (PTRES 168312).

Parágrafo Único: Será emitida nota de empenho para atender as despesas inerentes à execução deste contrato no exercício subsequente à conta da respectiva dotação orçamentária.

CLÁUSULA SÉTIMA- PUBLICAÇÃO: Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

Estando justos e contratados, ratificam as demais cláusulas e condições do contrato, assinando o presente termo digitalmente, para um só efeito.

Raimundo do Nascimento Ferreira

**DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS**

Lidemar Antonio Ribeiro dos Santos

DIRETIVA PATRIMONIAL LTDA



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo do Nascimento Ferreira, Diretor(a) da Secretaria de Administração do Foro**, em 30/12/2025, às 19:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lidemar Antônio Ribeiro dos Santos, Usuário Externo**, em 05/01/2026, às 09:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1568784** e o
código CRC **8CBD5820**.

Av. Álvares Cabral, 1805 - Bairro Santo Agostinho - CEP 30170-001 - Belo Horizonte - MG - www.trf6.jus.br

0010587-91.2024.4.06.8001

1568784v3